

**PRÁTICA DISCURSIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE LÍNGUA, LINGUAGEM,
IDEOLOGIA E DISCURSO NA CONCEPÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO DE
FILIAÇÃO FRANCESA**

***DISCURSIVE PRACTICE: A REFLECTION ON LANGUAGE, LANGUAGE,
IDEOLOGY, AND DISCOURSE IN THE CONCEPTION OF DISCOURSE
ANALYSIS OF FRENCH AFFILIATION***

Kenner Roger Cazotto Terra
Doutor em Ciências da Religião
Faculdade Unida de Vitória
(kenner@faculdadeunida.com.br)

Sonia Maria da Fonseca Souza¹
Mestre em Educação Doutoranda em Cognição e Linguagem
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
(sonifon1@hotmail.com)

Clodoaldo Sanches Fófano²
Faculdade Unida de Vitória
(clodoaldosanches@yahoo.com.br)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar, para discussão, uma reflexão sobre a prática discursiva que se constrói por meio de textos, linguagem como instrumento de interação discursiva, como único canal de comunicação do ser humano que se concretiza por intermédio da língua, integrando todo ato de enunciação. Além disso, apresenta a linguagem como código ideológico dentro do universo discursivo, elemento importante na formação da compreensão de mundo de grupos sociais. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa, considerando as contribuições de teóricos como Brandão (2004), Fiorin (1993), Orlandi (2008) entre outros. Desse modo, inferiu-se que cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, a qual é ensinada para cada componente de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. Sendo assim, o discurso dominante vai ser a base que refletirá no comportamento do homem. Portanto, língua, linguagem, ideologia e discurso fazem parte de uma teia indispensável para a construção da concepção da Análise do Discurso de filiação francesa (ADF), que é uma teoria especializada em analisar ideologias que permeiam situações discursivas de textos impressos.

Palavras-chave: Prática Discursiva. Língua. Linguagem. Ideologia. Discurso.

ABSTRACT: This article aims at presenting, for discussion, a reflection on the discursive practice that is constructed through texts, language as an instrument of discursive interaction, as the only channel of communication of the human being that is concretized through language, integrating every act of enunciation. Moreover, it presents language as an ideological code within the discursive universe, an important element in the formation of the world understanding of social groups. For this, a qualitative bibliographical research was carried out, considering the contributions of theoreticians like Brandão (2004), Fiorin (1993), Orlandi (2008), among others. In this way, it was inferred that each ideological formation corresponds to a discursive formation, in which each component of a society is taught

¹ Doutoranda em Cognição e Linguagem

² Mestrando em Ciências das Religiões

throughout the process of linguistic learning. Thus, the dominant discourse will be the basis that will reflect on the man's behavior. Therefore, language, ideology, and discourse are part of an indispensable web for the construction of the French Discourse Analysis (FDA) conception, which is a theory specialized in analyzing ideologies that permeate discursive situations of printed texts.

Keywords: Discursive Practice. Language. Language. Ideology. Speech.

Introdução

Toda prática discursiva se dá por meio de textos. A produção de um texto será o resultado da atividade comunicativa, que se faz seguindo regras e princípios discursivos. Dentro da prática discursiva, língua e linguagem são vocábulos de diferentes significações. Mas ao mesmo tempo são elementos que fazem parte do ato comunicativo. Assim sendo, linguagem significa capacidade de comunicação que apenas os seres humanos possuem. Meio que viabiliza o processo de comunicação entre sujeitos discursivos. Já língua, deve ser definida como conjunto de sinais, um sistema de signos, utilizados para se comunicarem socialmente. De tal forma, o processo de interação verbal passa a ser uma realidade fundamental da língua.

Assim, língua e linguagem se manifestam no exercício da comunicação interacional e dialógico envolvendo enunciador e enunciatário, entre os quais se firmam valores e crenças a ser compartilhadas. Isso se torna uma realidade quando o enunciador estabelece um diálogo com o enunciatário não como um decodificador de mensagem, mas como um elemento ativo na construção do significado.

É nesse método de interação comunicativo que surge o discurso, que por sua vez, é muito mais representação do que criação. Por isso, dentro da prática discursiva, encontra-se a manifestação das ideologias, que nada mais é do que a forma de ver o mundo de um determinado grupo social, um conjunto de representações. Seguindo esse raciocínio, a linguagem vai ser o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens.

Nessa dimensão, ideologia não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de apenas muitas pessoas. Na verdade, as ideologias dominantes vão ser determinadas por grupos sociais que desejam manipular os indivíduos de forma que eles permanecem no controle, no poder. Para perceber as ideologias presentes em uma prática discursiva, o analista precisa penetrar nas entrelinhas do texto e interpretar as diversas visões de mundo dos diferentes grupos sociais, mas em especial, das classes dominantes.

Prática discursiva no universo discursivo

A Linguística Textual quando surgiu teve um progressivo afastamento da influência da Linguística Estrutural saussuriana. Para tanto, a Linguística Textual em seu primeiro instante voltou-se para a análise transfrástica, para fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou semânticas, que ficassem limitados ao nível da frase. Nesse primeiro momento a Linguística Textual estava preocupada com a relação entre frases e período, sem levar em consideração o contexto, assim, o texto era visto como uma estrutura acabada e pronta, com único início e o fim mais ou menos explícito.

Conforme Mussalin & Bentes (2001, p. 247):

Na *análise transfrástica*, parte-se da frase para o texto. Exatamente por estarem preocupados com as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construa uma unidade de sentido, os estudiosos percebem o fenômeno que não consegue ser explicado pelas teorias sintáticas: o fenômeno da co-referenciação, por exemplo, ultrapassa a fronteira da frase e só pode ser melhor compreendido no interior do texto.

Em um segundo momento, com a euforia produzida com o sucesso da gramática gerativa, postulou-se a descrição da competência textual do falante, assim, a construção das gramáticas textuais. Nesse período, passaram a postular o texto como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao discurso, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída. Mussalin & Bentes (2001, p. 249) ressaltam, outra vez, que

O fato de ter sido necessário considerar, na construção do sentido global do enunciado, o conhecimento intuitivo do falante acerca das relações a serem estabelecidas entre sentenças, e o fato de nem todo texto apresentar o fenômeno da co-referenciação, constituíram-se em fortes motivos para a construção de uma outra linha de pesquisa, que não considerasse o texto apenas como uma simples soma ou lista dos significados das frases que o constituem. Passou-se, então, ao objeto de elaborar gramáticas textuais.

Em um terceiro momento, o texto passa a ser estudado dentro do seu contexto de produção e passa a ser entendido, não como um objeto acabado, mas como um processo, resultante de operações comunicativas e processos linguísticos sociocomunicativos. Dessa forma, parte para a elaboração de uma teoria do texto. É nesse momento, que os estudiosos passam a dar particular importância ao tratamento

do texto no seu contexto pragmático. Assim, no final da década de setenta, a palavra de ordem não era mais a gramática de texto, mas a noção de textualidade. Assinala, ainda, Mussalin e Bentes (2001, p. 247) que

em vez de dispensarem um tratamento formal e exaustivo ao objeto “texto”, os estudiosos começaram a elaborar uma teoria do texto, que, ao contrário das gramáticas textuais, preocupadas em descrever a competência textual de falantes/ ouvintes idealizados, propõe-se a investigar a construção, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

A noção de textualidade ou textura pressupõe que não existe texto sem coesão e coerência, portanto, são esses elementos que fazem a sequência linguística ser reconhecida como texto, e não um amontoado aleatório de frases. Reconhecer a sequência como texto significa dizer que aquele que a recebe é capaz de percebê-la como unidade significativa global.

A coesão está relacionada com a construção de sentido do texto, ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície do texto encontram-se interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências condutoras de sentido. E a coerência, de acordo com Koch (1997, p. 256), “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a construir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”.

Assim, os estudiosos passam a postular que a comunicação é estabelecida por meio de textos e o trabalho da competência comunicativa corresponde ao desenvolvimento da capacidade de produção e compreensão de textos nas mais diferentes situações de interação comunicativa a fim de que se representem situações discursivas de enunciação.

No sentido de corroborar com o assunto exposto, Fonseca F. e Fonseca J. (1997, p. 84-85) enfatizam que

O texto tem de ser visto como produto de um ato de fala, como discurso, isto é, como enunciado que traz em si as marcas do processo de enunciação, as marcas da adequação às finalidades próprias de cada intento de comunicação em situação específica, as marcas de ações cumulativas desenvolvidas em cada ato verbal.

Para se compreender texto como prática discursiva, faz-se necessário conceituar discurso, que por sua vez é toda atividade comunicativa produtora de efeitos de sentido de um enunciador em uma situação de comunicação determinada,

reunindo não só o conjunto de enunciados por ele produzido em tal situação, como também o evento de enunciação, que é regulada por uma exterioridade sócio-histórica e ideológica, que determina as regularidades linguísticas e seu uso, sua função.

Segundo Koch e Travaglia (2000, p. 67):

Texto será entendido como uma unidade linguística de sentido concreto (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentidos e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível, independente da sua extensão.

Nesse sentido, texto será o resultado da atividade comunicativa, que se faz seguindo regras e princípios discursivos. Tal unidade comunicativa é de sentido complexo, todo significativo em relação à situação em que ele é produzido. O sentido está relacionado com a intenção comunicativa e com a situação sócio-histórica.

Para os estudos do texto, pode-se citar a escola de semiótica da cultura de Tartú-Moscou, que tem I. Lótman como principal representante. O texto, para Lótman, tem três funções: (1) função comunicativa; (2) função geradora de sentido; (3) função mnemônica (LÓTMAN, 2007). A primeira função foi a mais observada pelos linguistas durante muito tempo. Essa mostra o texto como processo de realização da língua natural. A função da linguagem seria transmitir a mensagem de um emissor ao receptor — qualquer ruído atrapalharia a função do texto. Tal função se refere aos textos monossêmicos, manualísticos. A segunda função tem relação com o seu potencial polissêmico, o que proporciona a produção de novos textos no ato da comunicação de textos não mecânicos/manuais.

Os códigos que decifram os textos deformam o texto do emissor. No encontro dos códigos, para decifrá-los, acontece o ruído que seria o potencializador da renovação. O código do emissor A é diferente daquele do emissor B e, no contato do código A com o B, gera-se um novo texto: quem lê o texto tem pressupostos, questões e conhecimentos diferentes do emissor (NOGUEIRA, 2012, p. 22). O ruído, na verdade, é o necessário corolário do encontro dos códigos de quem produz e quem lê o texto. Dessa maneira, o ruído, enquanto resultado das complexas relações inerentes ao poliglotismo interno do texto, torna-se o responsável pela gestação de novos sentidos (RAMOS *et.al.*, 2007, p. 32).

A terceira função do texto é a mnemônica. Como bem diz Lótmán, “o texto não é somente o gerador de novos significados, mas também um condensador de memória cultural. Um texto tem a capacidade de preservar a memória de seus contextos prévios” (LÓTMAN, 2007, p. 22). Esse processamento se faz possível por meio da tradução de tradições (LÓTMAN, 1993, p. 19). Por isso, os textos que estão na cultura estão em encontros explosões semiótica.

Koch e Travaglia (2012, p. 79) apontam que

A intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam texto para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados. Para os autores a intencionalidade tem uma relação estreita com a argumentatividade.

Os elementos da língua têm um valor significativo preferencial, que estão relacionados a determinados recursos da língua (fonema, morfema, palavra, entonação, sintagma, frase, sequência de frases), quando usados como texto em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história. O efeito de sentido fica no signo, que seria o resultado de todas as forças que atua no signo.

Dessa forma, o sentido preferencial de determinado elemento da língua seria aquele em que o componente é mais comumente empregado em virtude de determinadas condições de produção mais frequente na sociedade. Em textos extremos, que envolvem *tabus* e fortes preconceitos da ideologia de uma sociedade, a percepção dessa ideologia pelo interlocutor fica mais fácil.

Mister se faz destacar que o texto não é definido pela sua extensão, ele pode ser, desde uma só palavra até muitas frases, enunciados e páginas, como por exemplo, um romance, portanto, o que delimita o que é um texto para a Análise do Discurso (AD) é o fato de, ao se referindo à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação.

Discini (2005, p. 29) afirma: “O texto é, em princípio, um signo, o que quer dizer que possui um significado por meio de uma expressão quer pode ser verbal, visual, entre outros tipos”. É na tentativa de análise desse signo que o receptor vai buscar e perceber o implícito no texto, as informações que estão nas entrelinhas, como se fosse um palimpsesto, que pode ser definido como uma página manuscrita cujo conteúdo foi apagado (mediante lavagem ou raspagem) e escrito novamente, normalmente nas linhas intermediárias ao primeiro texto ou em sentido transversal. Para ampliar o

entendimento sobre o implícito, faz-se necessário observar o que ressalta Orlandi (2008, p. 11):

Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de dizer o que se disse e que significa com nuances distintas etc.

Portanto, verifica-se que os textos apresentam mensagens linguísticas com graus diferentes de explicitude que às vezes não podem ser previstos apenas com base no sentido literal. Desta forma, as mensagens linguísticas se manifestam de forma implícita ou explícita.

Para Ilari (2006, p. 85),

podem ser consideradas implícitas todas as informações que uma sentença vincule, sem que o falante se comprometa explicitamente com sua verdade. Essas informações precisam ser “inferidas” a partir da sentença por meio de algum raciocínio que parte da própria sentença.

Assim, o implícito só pode ser descoberto por meio de um trabalho realizado a partir de uma avaliação global da situação comunicativa em que o receptor procura recuperar as possíveis intenções do enunciador. Somente um receptor sensível vai perceber que no sentido literal de um texto contém frequentemente informações implícitas, embora previsíveis.

Essas informações se apresentam de duas formas, denominadas casos de pressuposição e do acarretamento. Ilari (2006, p. 85) esclarece ainda:

[...] uma informação é pressuposta quando ela se mantém mesmo que neguemos a sentença que a veicula. [...]. Sempre que um certo conteúdo está presente tanto na sentença como em uma negação, dizemos que a sentença pressupõe esse conteúdo. [...]. Temos acarretamento toda vez que a verdade de uma sentença implica a verdade de uma outra, simplesmente pela significação de suas palavras. Geralmente, os acarretamentos resultam do uso de palavras de sentido específico [...].

Sendo assim, através da inferência, produz-se uma interpretação, uma construção de significado integral, que vai além do arranjo de palavras. Esse significado desperta o receptor, na produção discursiva, para algo que com simples olhares não seria possível dar ao texto uma interpretação dotada de sentidos.

Igualmente, para alcançar esse objetivo, será preciso que o receptor ponha em funcionamento todos os componentes e estratégias cognitivas que tem a disposição.

Língua/ linguagem: uma abordagem interacionista

O termo linguagem apresenta uma variedade de significados. Entre eles o mais utilizado é aquele que se refere a qualquer processo de comunicação, como a linguagem corporal, a linguagem da sinalização, a linguagem escrita etc.

Nesse sentido, os linguistas, estudiosos da linguagem, geralmente estabelecem uma distinção entre os conceitos de língua e linguagem. Assim, entendendo linguagem como uma habilidade; a linguística define o termo como capacidade que apenas os seres humanos possuem como instrumento de se comunicar por intermédio de línguas. Do mesmo modo, tal palavra "língua" é geralmente definida como um sistema de signos vocais utilizados como meio de comunicação por membros de uma comunidade linguística ou grupo social.

Para Cunha, Costa e Martellota (2008, p. 18), "a linguagem é um dos ingredientes fundamentais para a vida em sociedade. Dessa maneira ela está relacionada à maneira como interagimos com os nossos semelhantes, refletindo tendências de comportamento delimitadas socialmente". Quando se fala em linguagem, logo se remete a Saussure, quer tomando seus postulados como ponte de partida, quer rejeitando-os. Esse estudioso em suas teorias parte do princípio que a língua, como um sistema que contém um conjunto de regra, é uma instituição social, cuja concretização se concebe por meio da necessidade de comunicação, assim, é preciso ter um emissor e um receptor (interação), para que haja comunicação entre os homens.

A transmissão da linguagem pode ser desempenhada de diversas formas, tanto por meios linguísticos, como a fala e a escrita, como por meios não linguísticos, como os gestos, mímicas etc., que por vezes tentam imitar a linguagem falada. É partindo do pressuposto saussuriano que se deve dizer que a linguagem é o meio de comunicação mais importante. Para justificar esta afirmação, Benveniste (1988, p. 284-293) sugere duas razões importantes:

Uma consistiria em que a linguagem, sem dúvida, se encontra de fato assim empregada porque os homens não encontram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se. [...]. Poderíamos também pensar em responder que a linguagem apresenta disposições tais que

a tornam apta a servir de instrumento: presta o que lhe confio - uma ordem, uma pergunta, um anúncio -, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, adequado.

Diante disso, observa-se que a linguagem produz um comportamento behaviorista, em termos de estímulo e resposta. Dessa maneira, verifica-se que a linguagem através do estímulo e resposta, cumpre sua função, que de acordo com Roman Jakobson (2015), vai muito mais além do que transmitir uma informação, pois é preciso que a mensagem transmitida seja compreendida.

A linguagem se manifesta no exercício da comunicação, por isso dizer que a linguagem, na prática do cotidiano, sugere uma troca ao assumir uma função veicular. E o sujeito é a pedra angular para a AD dentro desse constituindo comunicativo, pois é por meio dele que surge os discursos, embora ele não seja o centro do seu discurso.

Assim, o processo de interação verbal passa a ser uma realidade fundamental da língua. Essa compreensão da linguagem como instrumento de interação social, que o outro desempenha papel fundamental, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, relevando as relações intrínsecas entre linguístico e o social.

Bakhtin (1979) trilhou um caminho diferente de Saussure (1974), ao criticar a objetividade abstrata do linguista, que trata a língua como um sistema monológico. Para tanto, o filósofo afirma que a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de forma linguística, mas pelo fenômeno social da interação, realizada por meio da enunciação e das enunciações.

Segundo Bakhtin nas palavras de Brandão (2004, p. 62),

não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que forma a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro, com a ajuda do outro.

Sendo assim, para o filósofo a palavra não é monológica, mas plurivalente. E a dialogização do discurso tem uma dupla orientação: uma voltada para os "outros discursos" como processo constitutivo do discurso, outra voltada para o outro da interlocução - o destinatário. Isso se torna uma realidade à medida que o locutor estabelece um diálogo com o destinatário não como um decodificador de mensagem, mas como um elemento ativo.

Para ampliar tal ideia vale ressaltar que em todo discurso existe um sujeito destinador e um sujeito destinatário, entre os quais se firmam valores e crenças a ser compartilhadas. Um sujeito sempre responde ao outro, a outros sujeitos, por isso todo texto é dialógico. Também importa saber que todo texto é discursivo, portanto, importa considerar o discurso como práxis enunciativa. Discini (2005, p. 33) destaca que:

A propósito, cabe destacar que o sujeito da enunciação, depreensível do enunciado, passa a ser concebido não mais como um mero emissor, aquele que simplesmente fala, nem mais como um mero receptor, aquele que simplesmente escuta. [...] Todos os textos supõem na enunciação sujeitos alterados por querer, deveres, poderes, saberes; sujeitos dados pela falta de um objeto de desejo a ser buscado; sujeitos complexos, sujeitos em contínua construção [...]

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se afirmar que todo texto deve ser considerado situação de comunicação, o que supõe um enunciador em relação a um enunciatário. A enunciação, sempre pressuposta ao enunciado, compreendendo o sujeito do dizer, que se biparte entre enunciador, projeção do autor, e enunciatário, projeção do leitor. Para Fiorin (2008, p. 56):

A enunciação define-se como a instância de um *eu-aqui- agora*. O *eu* é instaurado no ato de dizer: *eu* é quem diz *eu*. A pessoa a quem o *eu* se dirige é estabelecida como *tu*. O *eu* e o *tu* são os atacantes da enunciação, os participantes da ação enunciativa. Ambos constituem o sujeito da enunciação, porque o primeiro produz o enunciado e o segundo, funcionando como uma espécie de filtro, é levado em consideração pelo *eu* na construção do enunciado.”

Ao se produzir um enunciado, o enunciador o faz de forma persuasiva, procura fazer de forma que o enunciatário aceite o que ele diz, à medida que o enunciatário realiza um fazer interpretativo. A fim de exercer a persuasão, o enunciador utiliza-se de um conjunto de procedimentos argumentativos, que se torna parte integrante das relações entre o enunciador e o enunciatário. Ainda, de acordo com Fiorin (2008, p. 75):

A finalidade última de todo ato de comunicação, não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão.

Além disso, dentro do processo de enunciação, segundo Benveniste nas palavras de Brandão (2004, p. 56) “Imediatamente, desde que ele se declara locutor

e assume a língua, ele implanta o outro face a ele, qualquer que seja o grau de presença que ele atribuía a esse outro”. Logo toda enunciação é, explicitamente ou implicitamente uma alocação (discurso breve).

Assim, dentro tal processo, declara-se que existe uma relação de interação entre esses sujeitos. Segundo Travaglia (2000, p. 69) “[...] quando usamos a língua para comunicar agimos sobre o outro. Mas essa ação não é unilateral, tem mão dupla, o que acontece é uma interação, uma ação entre o produtor e o receptor do texto”. Bakhtin chamou tal relação de dialogismo. Por outro lado, a crítica literária contribuiu com esse postulado ao dizer que o escritor deveria se preocupar com a estética da recepção.

Língua, linguagem, ideologia e discurso

A AD tem suas origens na Filosofia da Linguagem. Foi essa vertente da Filosofia que proporcionou uma preocupação com a linguagem enquanto código ideológico. Brandão (2004, p. 30) define de forma ampla ideologia “[...] como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica”. Fiorin (1993, p. 28) acrescenta “a esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia”.

Em Bakhtin (1992) se observa grandes contribuições para a AD ao inserir nela a Filosofia da Linguagem. Segundo esse filósofo a primeira tendência da linguística interessava apenas pelo ato da fala, deixando de lado o efeito de sentido entre os interlocutores. Porém, por intermédio dos estudos de Bakhtin começou-se a aproximar linguística com filosofia na tentativa de externar aquilo que o sujeito representa e pensa, ou seja, sua ideologia. A linguagem é o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens.

Ideologia é um termo que ainda hoje apresenta uma noção confusa de significados. Por isso observa-se que esse termo é abordado por vários pensadores. Sendo assim, cabe aqui destacar alguns.

Segundo Chauí citada por Brandão (2004, p. 19):

o termo “ideologia”, criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1810 na obra *Elements de idéologie*, nasceu como sinônimo da atividade

científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as ideias “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com meio ambiente”.

Contrariando esse significado original, Napoleão na concepção de Brandão (2004, p. 19): aplica a esse termo um significado pejorativo, ao qualificar os ideológicos franceses de “abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos (para o poder) por causa do seu desconhecimento dos problemas concretos”. Desse modo, a ideologia passa a ser vista como uma doutrina irrealista e sectária, sem fundamentação objetiva, e perigosa para ordem estabelecida.

Marx e Engels citados por Brandão (2004, p. 19) empregam o termo ideologia com uma carga semântica negativa, semelhante a Napoleão, “condenam a maneira de ver abstrata e ideológica” dos filósofos alemães que, perdidos na sua fraseologia, não buscam a “ligação entre filosofia alemã e a realidade alemã, o laço entre sua crítica e seu próprio meio material”.

Marx e Engels, para Brandão (2004, p. 21),

identificam “ideologia” com a separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e histórias em que são produzidas. Por isso é que eles tomam como base para suas formulações apenas dados possíveis de uma verificação puramente empírica [...]

Portanto, para esses pensadores o que as ideologias fazem é colocar os homens e suas relações de cabeça para baixo, desviando o percurso que consiste em partir das ideias para chegar à realidade.

Brandão (2004, p. 21) apoiando-se em Chauí destaca que “Ela é um instrumento de dominação de classes, nesse sentido, a classe dominante faz com que sua ideologia seja a de todos os outros. É neste momento que nasce a ideologia propriamente dita”.

E para Marx e Engels, segundo Chauí corroborando com Brandão (2004, p. 21):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é forçada materialmente dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. [...] Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como

pensadores, como produtores de ideias; que regulam a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época.

Em Althusser na obra “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado” (1970) – citado por Brandão (2004, p. 21): “para manter sua dominação, a classe dominante era mecanismo de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração”.

Na opinião do autor, é dessa maneira que entra o estado, através de seus aparelhos repressores (compreendendo o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e aparelhos ideológicos (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela pressão ou pela ideologia, com o objetivo de tentar fazer com que a classe dominada submeta às relações e condições de exploração.

Brandão apoiando-se em Ricoeur (2004, p. 26) destaca que

Sem querer combater Marx ou ir ao seu favor, Paul Ricoeur alerta para uma tendência que se faz sentir sob a influência de se fazer interpretação redutora do fenômeno ideológico partindo de uma análise em termos de classes sociais. Interpretação redutora porque ela define ideologia apenas por sua função de justificação dos interesses de uma classe dominante.

Dessa forma, uma concepção de ideologia redutora, faz com que o termo seja visto apenas com as noções de erro, mentira, ilusão, ou até mesmo instrumento de dominação. Para Fiorin (1993, p. 28):

A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que oculta a essência da ordem social, a ideologia é “falsa consciência”.

Assim, se existe inversão na realidade, a ideologia está presente no objeto, no social, não podendo ser reduzida a consciência. Ela existe independente da consciência dos agentes sociais. Portanto é uma forma fenomênica da realidade, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de uma forma invertida. Essa inversão da realidade é a ideologia.

Ainda de acordo com Fiorin (1993, p. 29), “nem toda ideologia é uma ‘falsa consciência’. Numa perspectiva histórica, há aquelas que são consciência invertida da realidade e aquelas que não são”.

Ao visualizar um conceito mais amplo, a ideologia é uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe social, de um determinado grupo a respeito da realidade. Logo se pode dizer que existem tantas visões de mundo numa dada formação social quanto forem às classes sociais.

O homem aprende a ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maioria das vezes, reproduz esse discurso em sua fala. Nesse sentido afirmar-se que o discurso não é a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto de discurso recebido e interiorizado pelo indivíduo no decorrer da vida.

A consciência é social, porque o homem não é apenas uma individualidade que reside no espírito e a consciência é construída por meio do discurso assimilado por cada membro de um grupo social, onde o homem está limitado, por isso falar que o discurso tem uma função citativa e que a liberdade discursiva é muito pequena, pois o enunciador é suporte da ideologia, seu dizer é na maioria das vezes o dizer reproduz inconsciente do dizer de seu grupo social. Seguindo esse raciocínio, Fiorin ressalta (1993, p. 44) que “na medida em que o homem é suporte de formações discursivas, não fala, mas é falado por um discurso”. A linguagem condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais, ela é governada pelas práticas ideológicas.

A ideologia é constituída pela realidade e da realidade, porque o indivíduo não pensa, nem fala o que quer, mas o que realidade impõe que ele pense e fale a partir dos conflitos e das contradições existentes na realidade. A ideologia não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de muitas pessoas. Por vezes declara-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico. Embora não signifique que a ideologia seja mero reflexo do nível econômico.

Para Engels, em carta a Bloch (1890) diz que “o elemento determinante da história, em última instância, é a produção e a reprodução da vida real”. Assim, demonstra que nem ele, nem Marx disseram que o elemento econômico é o único determinante, pois as formas políticas das lutas de classe e os seus resultados, as formas jurídicas, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas e as concepções religiosas exercem também influência nas lutas históricas e podem até determinar sua forma.

Apesar de o elemento econômico não ser determinante único das lutas históricas, é o determinante em última instância, que significa que o modo de produção determina as ideias e os comportamentos dos homens e não ao contrário.

Embora exista, em uma formação social, tantas visões de mundo quanto forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa. Por isso dizer que o homem não é senhor absoluto de seu discurso, uma vez que temas, figuras, valores, juízos etc., provêm das visões de mundo estabelecidas na formação social.

Diante de todos esses conceitos e posicionamentos apresentados sobre a ideologia, deve-se levar em conta que essa visão de mundo não existe dissociada da linguagem. Logo, cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, na qual é ensinada a cada componente de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. E o discurso dominante vai ser a base dominante que refletirá no comportamento do homem.

Conforme evidencia Fiorin (1993, p. 55),

A linguagem tem influência também sobre os comportamentos do homem. O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positivamente ou negativamente. Ela veicula os tabus comportamentais.

A ideologia é vista como algo inseparável da realidade, as ideias e, por conseguinte, os discursos são expressões da realidade. Portanto, é impossível pensar fora dos quadros da linguagem, pois o que caracteriza o pensamento humano é o seu caráter conceptual. Isso não significa identidade entre pensamento e linguagem, pois como adverte Schaff citado por Brandão (2004, p. 34) “o pensamento e linguagem são dois aspectos de um único processo: o do conhecimento do mundo, da reflexão sobre esse conhecimento e da comunicação sobre os seus resultados”.

Para Vygotsky apesar do pensamento e a linguagem serem iguais na sua origem, são indissociáveis, inseparáveis. A partir desse entendimento, assegura-se que o discurso materializa as representações ideológicas. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursiva, pois nenhum discurso é descomprometido de ideologia.

Considerações finais

Diante do estudo realizado, percebeu-se a importância de refletir sobre prática discursiva, língua, linguagem, ideologia e discurso. Essa reflexão foi proposta a partir dos postulados da ADF.

Inicialmente observou-se que toda situação comunicativa se manifesta por intermédio de textos e envolve uma técnica que ao mesmo tempo é interacionista e dialógico. Nele encontra-se a manifestação de um enunciador e um enunciatário que estão comunicando algo que não apresenta apenas uma função informativa, mas também produzir um sentido que tem a finalidade de influir sobre o outro. Portanto, a linguagem é determinada por fatores ideológicos.

Essa forma de comunicação é de sentido mais amplo. O enunciador representa em seu discurso uma visão de mundo dominante. Ele deseja que o enunciatário acredite no que diz e mude o comportamento ou opinião, mesmo que isso aconteça de forma involuntária.

Por isso que comunicar é agir sobre o outro. Um discurso pode mudar uma situação, o mundo. Por isso, independente do seu tamanho, um texto é um instrumento poderoso de intervenção na sociedade. Como exemplo é importante destacar que foi por intermédio de um texto que se “acabou” com a escravidão no Brasil.

Refletir sobre língua, linguagem, ideologia e discurso e prática discursiva não é para inferir que a linguagem é instrumento de poder e que os seguimentos sociais dominantes tentam ridicularizar a palavra dos dominados. Isso já não faz sentido nos dias atuais. O que se deve levar em consideração é que o discurso ao mesmo tempo em que é prática social cristalizada, é também modelador de uma visão de mundo.

Assim, sem a pretensão de que o discurso possa transformar o mundo, vale ressaltar que a linguagem pode ser o instrumento de libertação ou opressão, de mudança ou de conservação. O homem não é senhor absoluto do seu discurso. Ele se encontra em uma situação de servidão, uma vez que valores, juízos, crenças, etc., derivam das visões de mundo presentes na sociedade.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENVENISTE, É. Da Subjetividade na linguagem. In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Editora da Unicamp: Pontes, 1988, p. 284-293.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CUNHA, A. F. da; COSTA, A. M.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). Linguística. In: **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

DISCINI, N. A noção de texto. In: **A Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 13-43.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do discurso**. 14 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Linguagem e Ideologia**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993. (Princípios)

FONSECA, F. I.; FONSECA, J. **Pragmática Linguística e ensino de português**. Coimbra, Almedina, 1977.

ILARI, R. Implícito I e II. In: **Introdução à Semântica: brincando com a gramática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 85-100.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: **Linguística e Comunicação**. 22. ed. 2010 – 2ª reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2015.

KOCH, I. V. **O texto e a construção de sentido**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. V. e TRAVAGLIA, L. C. O texto e o discurso. In: **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000, p. 67-98.

_____. **A coerência textual**. 18. ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

LÓTMAN, I. As três funções do texto. In: _____. **Por uma teoria semiótica da cultura**. Belo Horizonte: FALE: UFMG, 2007.

LÓTMAN, I. La semiótica de la cultura y el concepto de texto. **Escritos**, n.19, p. 19, 1993.

MACHADO, I. **Semiótica da cultura e semiosfera, Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2007.

MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. Linguística Textual. In: **Introdução à linguística: domínio e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-142.

NOGUEIRA, P. A. S. Religião como texto: contribuições da semiótica da cultura. In: _____. (org.). **Linguagens da religião: desafios, métodos e conceitos centrais**. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 13-30

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, V. A. *et al.* Semiosfera: explosão conceitual nos estudos semióticos da cultura. In: MACHADO. **Semiótica da cultura e semiosfera, Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2007.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: veredas**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

TRAVAGLIA, L. C. O texto e o discurso. In: **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000, p. 67-98.



Recebido em 05 de abril de 2017
Aprovado em 27 de setembro de 2017